

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 130

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE SETEMBRO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck e Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2992

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 441/2001, referente à Mensagem Governamental nº 041/2001, que dispõe sobre o crédito suplementar no valor de R\$95.000,00 para a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2993

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 440/2001, referente à Mensagem Governamental nº 040/2001, que dispõe sobre o crédito suplementar no valor de R\$3.605.000,00 para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2998

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 328/2001, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Estado do Amazonas, com o objetivo de implantar um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2972

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder com urgência a recuperação da pavimentação asfáltica da PR 364 - Campina da Lagoa - Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação dos municípios de Altamira do Paraná e Campina da Lagoa, que requerem a recuperação com urgência da PR-364, pois a mesma encontra-se em péssimo estado de conservação, trazendo grande risco de vida aos seus usuários.

REQUERIMENTO Nº 2976

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando:

I - a recuperação da pavimentação asfáltica da PR-488, no trecho compreendido entre a BR-277 e a sede do município de Vera Cruz do Oeste;

II - a recuperação da pavimentação asfáltica da PR-585, no trecho ligando a sede do município de Vera Cruz do Oeste à cidade de São Pedro do Iguaçu;

III - a construção de um trecho na BR-277, no ponto em que dá acesso à PR-488;

IV - a construção de acostamento nos trechos citados;

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de importante via de comunicação entre diversos municípios baseados na agricultura, sendo essencial que as estradas em questão estejam em condições satisfatórias para a segurança e o tráfego de veículos e caminhões que transportam a produção agrícola.

Importante salientar que essas vias são também utilizadas para dar acesso às cidades de Santa Helena, Diamante do Oeste, Toledo, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Maringá e São Paulo, reduzindo consideravelmente o trajeto até essas cidades e o Estado vizinho.

A construção de trevo na BR-277, para dar acesso à PR-488, bem como de acostamento, é imprescindível para garantir a segurança daqueles que se utilizam das referidas estradas, pois acidentes têm ocorrido seguidamente em razão de que os veículos não têm onde estacionar numa eventual falha mecânica ou por outros motivos.

Trata-se de antiga e justa reivindicação das comunidades que reivindicam os benefícios, sendo necessário que medidas por parte da Secretaria dos Transportes sejam tomadas com a maior brevidade possível, tornando os trechos em perfeitas condições de trânsito.

REQUERIMENTO Nº 2982

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do município de Quatro Barras, mais especificamente da Av. Dom Pedro II, que solicitam policiamento ostensivo em todo o município. A população encontra-se desprotegida pela falta de segurança, sendo que ocorrem muitos assaltos em casas comerciais, principalmente nos finais de semana.

Segundo os moradores, se houver o referido policiamento, com certeza a ação dos assaltantes será inibida e a população ficará mais segura.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2987

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente aos Exmos Srs. Dr. José Tavares; secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e coronel Gilberto Foltran, comandante geral da Polícia Militar.

Em face do expediente encaminhado pela Câmara Municipal de Campo Mourão, o qual relata a situação grave que está ocorrendo naquele município, solicitando providências urgentes quanto a segurança inclusive indicando ações resolutivas que amenizariam tal grave situação, como o aumento do número de policiais militares, instalação de Delegacias, aumento do número de investigadores, dentre outras.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2991

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, providências do Prefeito Municipal de Curitiba, Cássio Taniguchi, no sentido de determinar a abertura do competente processo disciplinar para apurar o crime previsto no Artigo 209 do Código Penal Brasileiro, cometido pela servidora pública municipal Sra. Patrícia Rocha Carneiro, Fiscal do Serviço Funerário daquela municipalidade.

Outrossim, segue em anexo relato do ocorrido no último dia 13 de setembro do corrente ano, na Capela Mortuária do Cemitério de Santa Cândida, nesta Capital, a fim de instituir o devido processo disciplinar.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Relato do Sr. Sidnei Martins de Jesus, enteado do Sr. Antonio Carlos da Silva Santos, falecido em 12 de setembro de 2001 no município de Colombo-PR.

Relata que por volta das 19h30min do dia 12 de setembro de 2001 entrou em óbito o senhor Antonio Carlos da Silva Santos, sendo imediatamente acionados o Siate, Hospital de Colombo, Polícia Militar, Polícia Civil.

O encaminhamento do corpo para o IML de Campina Grande do Sul foi feito pela Polícia Civil, sendo o mesmo liberado para a cerimônia funerária por volta das 10h00 do dia 13 de setembro (quinta-feira).

No mesmo dia 12 de setembro de 2001, quarta-feira à noite, ao dirigir-se à capela do Cemitério Santa Cândida para abertura do túmulo memorial, foram informados que deveriam retirar autorização junto ao Cemitério Municipal de Curitiba para a abertura e respectivo sepultamento.

Chegando ao Cemitério Municipal, na madrugada do dia 13 de setembro (quinta-feira) solicitaram autorização para a referida abertura do túmulo e respectivo sepul-

tamento. Após a liberação que teve o custo de R\$40,00 (quarenta reais), perguntaram qual seria o procedimento da funerária. A funcionária municipal Marilza questionou-os a respeito da localização do serviço funerário.

Ao informarem que a localização do mesmo era no município de Colombo, a mesma alertou que o serviço não poderia ser de funerária de Colombo e sim de Curitiba, porque assim estabelecia a legislação, já que o Sr. Antonio Carlos da Silva Santos faleceu em Colombo, mas seria sepultado em Curitiba (Cemitério Santa Cândida). Após as informações, essa funcionária informou-os que a funerária seria escolhida mediante sorteio via computador, no que a família concordou. No entanto, foi sorteada a Funerária Unilutus, localizada defronte o Cemitério Municipal. A mesma foi acionada imediatamente, e em questão de minutos chegou com toda documentação em mãos, o que causou estranheza à família.

Informaram ainda que dentro das dependências do Cemitério Municipal existe exposição de urnas fúnebres, de interesse privado e não público, e que o material lá exposto não confere com o apresentado na devida funerária.

O orçamento apresentado, ainda no Cemitério Municipal foi de R\$285,00, porém, quando chegaram na funerária o orçamento subiu para R\$1.600,00. Após muita discussão o preço foi reduzido para R\$600,00, praticamente das mesmas mercadorias: urna funerária, flores e acessórios. O referido valor foi pago com dois cheques de R\$300,00.

A Funerária Medianeira, de Colombo, ofereceu o mesmo serviço, com urna funerária e acessórios por R\$200,00.

A família informou-se e descobriu que não era obrigada a contratar o serviço funerário de Curitiba. Sendo assim, optou pelo serviço da Funerária Medianeira e retornou à Funerária Unilutus para desfazer o negócio e recuperar os cheques, a qual se negou e encaminhou os familiares ao Serviço Municipal Funerário de Curitiba, foram atendidos pela Sra. Salete, que os tratou ironicamente e afirmou que seria necessário o pagamento de R\$113,00 (cento e treze reais) para a Funerária de Curitiba, como taxa de transferência da prestação de serviços para a Funerária Medianeira. O pagamento foi efetuado sem emissão de recibo.

Ocorre que, quando da cerimônia funerária, no dia 13 de setembro, no Cemitério de Santa Cândida, enquanto familiares e amigos velavam o corpo, a servidora pública municipal, Patrícia Rocha Carneiro, fiscal da Central de Serviço Funerário da Prefeitura de Curitiba, chegou ao local e literalmente, chutou os acessórios da Funerária Medianeira, os quais apoiavam a urna fúnebre, tentando trocá-los pelos acessórios da Funerária Unilutus de Curitiba.

Familiares e amigos presentes foram agredidos verbalmente pela fiscal Patricia Rocha Carneiro, que defendia a Funerária Unilutus e sua colega de trabalho,

Sra. Salete, afirmando que os familiares estariam praticando roubo em relação ao serviço funerário.

A referida fiscal ainda agrediu o funcionário Jamil, da Funerária Medianeira, retirando seu crachá e dizendo que o referido serviço deveria estar sendo prestado pela Funerária Unilutus, de Curitiba.

A Sra. Patrícia ainda agrediu verbalmente um dos familiares, chamando-o de “louco”, quando o mesmo pedia para que ela esperasse a chegada do advogado da família.

A servidora Patrícia Rocha Carneiro incorreu em crime, previsto no artigo 209 do Código Penal Brasileiro - “impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária: pena - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa” - previsto no Capítulo II - Dos Crimes Contra o Respeito aos Mortos.

O deputado Edson Strapasson chegou ao local e passou a defender a família, sendo agredido verbalmente pela Sra. Patrícia Rocha Carneiro, que chegou a afirmar: “você não é autoridade nenhuma”, dizendo ainda: “na hora de pedir caixão você sabe quem procurar”. “Eu sou prima do deputado Plauto Miró Guimarães e conheço o Bibinho, vou ligar pra eles”.

A referida fiscal, Patrícia Rocha Carneiro, desrespeitou o deputado Edson Strapasson, agredindo-o verbalmente e desqualificando-o como autoridade estadual.

O ilustre deputado estava no local, defendendo os interesses da família, que estava sendo muito humilhada pela referida fiscal.

Inúmeras testemunhas podem confirmar o presente relato: Maria Aparecida da Silva Cadema, Luiz Carlos Cadema, Marilete Costa Bezerra, José Carlos da Silva, Silvana Aparecida Correa Lemes, Sergio Antonio e Lizabeth Biora S. Batista.

Curitiba, 17.09.2001.

(a) SIDNEI MARTINS DE JESUS

REQUERIMENTO Nº 2994

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a reconstrução da Escola estadual Professor Paulo Mozart Machado, do município de Uraí, totalmente destruída pelo incêndio ocorrido no último dia 11 do corrente mês.

Diante do exposto, cabe-nos destacar a importância da reconstrução da escola, em caráter de urgência, para evitar que alunos e professores sejam prejudicados ao final do ano letivo.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3030

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, deputado Nel-

son Justus, ofício solicitando que sejam efetuados os serviços de manutenção e conservação nas estradas estaduais conforme discriminado a seguir:

- De São Pedro do Ivaí a São João do Ivaí;
- De São João do Ivaí a Jardim Alegre;
- De São João do Ivaí a Godoy Moreira.

Tal pedido se justifica em virtude do mau estado de conservação dos trechos acima referidos e de inúmeras solicitações de cidadãos daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 3001

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam solicitadas a S. Exa. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, as seguintes providências na Rodovia Estadual PR-437, no trecho entre a Rodovia Charles Naufal (PR-323) e a sede do município de Primeiro de Maio:

1 - Deslocamento do local do trevo de acesso à PR-437 (entroncamento com a PR-323);

2 - Restauração da PR-437 no trecho acima especificado, incluindo construção de acostamento e correção de curvas.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Diversos projetos turísticos estão sendo implantados no município de Primeiro de Maio. Além de terminal turístico implantado há muito tempo pelo município, inúmeros projetos estão sendo desenvolvidos por iniciativa de particulares, com destaque para o Condomínio e Hotel Resort Ilha do Sol, na represa Capivari.

Trata-se de um grande empreendimento de turismo e lazer que tem aumentado consideravelmente o fluxo de pessoas ao local e, conseqüentemente, o aumento de tráfego na PR-437.

Considerando que, o poder local e os empreendedores particulares estão investindo para a criação de um novo pólo de desenvolvimento econômico no Estado, entendemos ser de justiça reivindicar do Governo do Estado tais melhorias na estrada em questão.

Face ao exposto, solicitamos aos nobres pares desta Assembléia o apoio e aprovação desta reivindicação.

REQUERIMENTO Nº 3005

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e como presidente da comissão para acompanhamento dos conflitos envolvendo brasileiros e paraguaios, na região de Foz do Iguaçu, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ao governador do estado, pedido para que seja instituída, em caráter emergencial, uma política estadual de

geração de empregos e de incentivos para que novos empreendimentos sejam viabilizados naquela cidade de fronteira.

As referidas medidas servirão para minimizar o impacto no mercado de trabalho, que as novas determinações do governo paraguaio já estão causando na cidade. Desde o início da semana, autoridades paraguaias, estão fiscalizando com rigor os brasileiros que atuam nas lojas de Ciudad del Este. Calcula-se que pelo menos 3.500 pessoas vão perder seus postos de trabalho, para a mão-de-obra ociosa paraguaia.

Esta situação tende a piorar ainda mais a grave crise econômica que atravessa a região, com o declínio do comércio de importados do Paraguai e falta de incentivos à instalação de indústrias e empresas de maior porte.

Diante do exposto, nossa solicitação é que o Governo do Estado adote medidas emergenciais capazes de minimizar as conseqüências que poderão dar margem a mais notícias negativas, prejudicando sobremaneira a principal atividade da cidade: o turismo.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

Apoiamento:

Eli Ghellere e Ademir Bier.

REQUERIMENTO Nº 3017

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio do Projeto de Lei nº 254/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que visa alterar o *caput* do artigo 13, da lei nº 12.389, de 30 de dezembro de 1.998, que transformou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE em serviço social autônomo, denominado Parana Previdência, à Comissão Permanente de Finanças.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3019

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER às Companhias de telefonia Móvel do Paraná, a implantação de Torre de Transmissão, no município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Magro, na Região Metropolitana de Curitiba, tem hoje cerca de 20.500 (vinte mil e quinhentos) habitantes, e, encontra-se em franco desenvolvimento industrial e comercial dentre outros setores.

Tal desenvolvimento requer agilidade nas transações, nos transportes e fundamentalmente nas comunicações entre pessoas, micros, médias e grandes empresas,

além é claro, não se pode esquecer do agricultor e do pequeno comerciante.

Não apenas pelo fator econômico, mas nas relações cotidianas, hoje em dia é de fundamental importância o acesso e a comodidade do uso de telefones celulares, estes, cada vez mais presentes na vida de todos nós.

Salientando por todo o exposto, a importância fundamental de uma boa rede de telefonia móvel, contribuindo e melhorando as condições de comunicação.

REQUERIMENTO Nº 3031

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, através da Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa de Leis, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja destinado o Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de setembro de 2001 (terça-feira próxima) para utilização por representantes da APP-Sindicato e representantes de Diretores de Escolas do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

ALGACI TULIO - Vice-Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Membros da Comissão
Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Waldyr Pugliesi, Renato Gaúcho, Orlando Pessuti, Edson Strapasson, Luciana Rafagnin, Irineu Colombo, Nereu Moura, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 3034

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Enrique Tito Mieczkowski Raszczyk, mais conhecido por "Henry Pollack", nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3035

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Angélica Manokóski Geronasso, mais conhecida por "Angelina Geronasso", aos 74 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares,

amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2973

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de congratulações pela passagem dos 60 anos de emancipação política de Boa Ventura de São Roque, ocorrida nesta data.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) CÉZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Boa Ventura de São Roque, 06 anos de progresso, tem em seu povo um grande aliado. É um dos mais pujantes municípios do Centro-Oeste do Paraná. Tem uma população esforçada e trabalhadora, destacando-se na agricultura e pecuária.

Pela expressão regional e estadual, merece o povo de Boa Ventura de São Roque a homenagem ora proposta para a qual buscamos angariar a simpatia e o apoio unânime dos nobres pares desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2989

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos à Rádio Araucária de Manguieirinha pela passagem do seu 9º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao seu diretor, Eraldo Cardoso para que receba e transmita a todos os seus colaboradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A importância da rádio na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como poderoso veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação etc.

Inegável também a participação da rádio para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

Portanto, é realmente auspicioso o evento que acontecerá no próximo dia 23 do corrente, com a passagem do 9º aniversário de fundação da Rádio Araucária, de Manguieirinha.

A este acontecimento o Poder Legislativo do Estado do Paraná, se associa através deste deputado

como representante de Mangueirinha, congratulando-se com o senhor Eraldo Carlos, diretor da Rádio Araucária, e todo o seu corpo de colaboradores como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO Nº 2995

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Arquivo Público do Paraná, pela inauguração de sua nova sede.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Arquivo Público do Paraná, completou em 07 de abril de 2001 seus 146 anos de fundação. Tendo chegado nesta gloriosa idade, ganhou nova sede, que começou a ser construída em 1997.

Em 1989 um incêndio destruiu a sede do Arquivo Público que havia sido construída poucos anos antes especialmente para receber e guardar a documentação do Estado do Paraná. Com o prédio totalmente destruído, o Deap voltou a ocupar o edifício que já o abrigara entre 1950 e 1978, o antigo barracão da Tecpar, que hoje dá lugar ao novo Arquivo Público. Sua nova sede foi novamente construída e está pronta - no bairro Juvevê (próximo ao prédio antigo, destruído pelo incêndio). O novo prédio, totalmente climatizado, possui 5523 metros quadrados de área construída, tendo custado 3,3 milhões de reais. Possui também proteção contra incêndio. A nova sede tem também 12 espaços para guardar documentos, laboratórios de conservação e reparos, sala de consultas e biblioteca, auditório, área para exposições, além da área administrativa.

O acervo tem cerca de 3.000 metros lineares de documentos impressos e manuscritos, uma coleção de mais de 2,4 mil rolos de microfimes e 341 mapas e plantas.

Pela inauguração de sua nova sede, receba o Arquivo Público do Paraná, através de sua diretora - Sra. Regina Rottember Gouvêa (Rua dos Funcionários, 1796 - Curitiba/PR), votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2996

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Associação da Comunidade e Amigos do Bacacheri, pela posse de sua diretoria.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A ASBAC - Associação da Comunidade e Amigos do Bacacheri, fundada em 17 do corrente, está empossando sua primeira diretoria.

Com a finalidade de trabalhar com afinco pelo bairro Bacacheri, muito conhecido em nossa capital, a nova instituição traz em seu bojo uma grande vontade de colaborar com o já acelerado desenvolvimento deste que se transformou numa verdadeira cidade paralela à nossa capital - o Bacacheri.

A diretoria eleita e ora empossada ficou assim composta:

Presidente	Antonio José Moreira
Vice-Presidente	Osmar Bento de Moraes
1º Secretário	Valdir Eugênio Anzolin
2º Secretário	Fausto Gerson Hertmann Moreira
1º Tesoureiro	Teophilo Timm
2º Tesoureiro	Cirineu Zulmir Ramos Mayer
Conselho Fiscal:	
Presidente	Paulo Cezar Negrão
Membros:	Júlio Bernardinetti
	Rafael de Lala Sobrinho
	Iracema da Silva Timm
	Renata Célia Souza Lopes
	Patricia de Góes
	Rosemar Aparecida Castelani

Pela posse, receba toda a diretoria da Associação da Comunidade e Amigos do Bacacheri - ASBAC, através do seu presidente - Sr. Antonio José Moreira (Rua Uruguai, 242 - Bacacheri - 82510-150 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2997

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, pelo lançamento do livro "Artistas Bancários".

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, numa iniciativa inédita e muito feliz, fez o lançamento do livro "Artistas Bancários", que reúne obras de diversos verdadeiros artistas que, no nosso dia-a-dia, são vistos como "aquelas pessoas do banco, que atendem a gente".

Entre papéis e números, surgem as artes, que após dias inteiros de atendimento a desconhecidos sempre com pressa e nem sempre com paciência, conseguem sair da alma e passar para o papel seja em palavras, seja em imagens.

Perceber o belo, em meio à correria do dia-a-dia é a verdadeira arte destes que se dispuseram a alegrar mais ainda o nosso mundo, publicando o que de melhor exprimam de seu ser.

Parabéns a todos os artistas cujas obras estão expressas no livro "Artistas Bancários". A todos eles, através do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região (presidente; José Daniel Farias - Av. Vicente Machado, 18 - 8º andar - 80420-010 - Curitiba/PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3008

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos a todos os senhores vereadores do Estado do Paraná pelo transcurso do Dia Nacional do Vereador.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a todos os vereadores do Paraná, por intermédio dos senhores presidentes das Câmaras.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 1º de outubro comemoramos a passagem do Dia do Vereador. Não poderia haver dia de festa mais jubiloso do que este. Almejamos que seja feito deste Dia do Vereador, o momento de compreensão e de gratidão, reconhecendo o inestimável trabalho desse político no atendimento do cidadão de quem é a esperança primeira que lhe seja dado o devido reconhecimento, inclusive porque é basicamente a Câmara Municipal a primeira escola política.

Ao conviver com o povo, o vereador participa mais amiúde com os problemas da cidade na área urbana, nos bairros e vilas, seja nos distritos povoados. Assim sendo, o seu trabalho é diuturno e o encaminhamento das questões e dos pedidos mais constantes.

O Legislativo Municipal constituído pelo conjunto de vereadores é o órgão onde repercute a vontade soberana do povo; onde o vereador luta pelos elevados interesses dos cidadãos.

Devemos reconhecer que estes legítimos legisladores merecem os maiores encômios, não apenas de nossa parte, como parlamentar, mas também de toda a sociedade.

A passagem do Dia Nacional do Vereador, assinala uma data a ser festejada por todos os que têm algum envolvimento com a nobre atividade política. O vereador é o elo primeiro da transmissão da vontade popular, exercendo o mandato de base por delegação dos eleitores titulares da soberania. É ele que se encontra mais atento e próximo dos problemas comunitários e das mais legítimas reivindicações populares.

É portanto, com todo o respeito que o vereador é merecedor que este deputado, como representante do

povo neste Poder, se associa às homenagens ora prestadas.

REQUERIMENTO Nº 3009

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos à Rádio Colméia de Porto União pela passagem do seu 46º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao seu diretor-presidente, senhor João Carlos Côas para que receba e transmita a todos os seus colaboradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Somente quem está permanentemente ligado ao nosso interior, conhece as dificuldades para levar adiante empreendimentos que no fundo são verdadeiros serviços de utilidade pública, sem o fim precípua do lucro. Assim é a nossa brava gente da Rádio Colméia, que no afã de servir à comunidade, de divulgar e enaltecer os nossos municípios, enfrenta os mais diversos obstáculos.

Por isso é motivo de regozijo quando uma emissora do interior, superando os desafios, alcança suas metas, não sem os incontáveis sacrifícios de seus diretores e colaboradores.

Ao congratular-se com a direção da emissora Rádio Colméia de Porto União, representada pelo seu diretor-presidente, jornalista João Carlos Côas e ao seu brilhante quadro de profissionais, rende a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sua homenagem à população de toda a região do Vale do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 3013

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná, pela passagem do Dia do Radialista, a ser comemorado no dia 21 de setembro.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3026

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao vereador Romildo Sebastião de Brito, do PMDB, pela sua posse,

nesta data, no cargo de vereador do município de Almirante Tamandaré - Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada, Rua Lourenço Ângelo Buzatto, 670, Centro, CEP: 83.501-080 - Câmara Municipal de Almirante Tamandaré - PR.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) EDSON SATRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3033

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Cooperativa Mista Agro-Pecuária Witmarsum Ltda, pela comemoração do jubileu de ouro, alusivo aos 50 anos de colonização e XVIII EXPOWIT, comemorados nos dias 14, 15 e 16 de setembro, do corrente ano.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao seu diretor-presidente, senhor Artur Sawatzky, através de correspondência a ser encaminhada à BR-277, CEP: 84.130-000, Colônia Witmarsum - Palmeira-PR.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2986

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de voto de louvor à Universidade Estadual de Londrina pelo reconhecimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A Revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná, e pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná confirma a serenidade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vem dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

Na categoria "Ecoturismo" (ano 1999) foi premiado o trabalho "Desenvolvimento do Ecoturismo como fonte de renda para população local" elaborado pelo técnico Ângelo Spoladore do Departamento de Geociências/Laboratório de Geologia e Pedologia da Universidade Estadual de Londrina.

Sendo assim, a UEL e sua equipe técnica merecem nosso reconhecimento pela importância que dá às questões ambientais.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2988

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos, de voto de louvor à Fundação O Boticário pelo reconhecimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A Revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná, e pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná confirma a serenidade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vem dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

Na categoria "Biodiversidade Flora e Fauna" (ano 1997) foi premiado o trabalho "Manejo Ambiental" elaborado pela equipe técnica da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Sendo assim, a Fundação e sua equipe técnica merecem nosso reconhecimento pela importância que dá às questões ambientais.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 3014

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização ao professor da Universidade Norte do Paraná, Fernão de Campos Leite Júnior pela menção honrosa recebida com o trabalho apresentado na 18ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Universidade Norte do Paraná, Departamento de Odontologia, Avenida Paris nº 675, Londrina-PR - CEP: 86.041-120.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 3015

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização à LPR - Publicidade e Promoções, pelo sucesso da 9ª INFOTECH - Feira de Informática, Tecnologia e Telecomunicações, realizada em Londrina, no Centro de Eventos Catuaí, nos dias 12 a 15 de setembro de 2001.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: LPR - Publicidade e Promoções - Av. Dr. Francisco Xavier Toda nº 525, Parque Industrial, Londrina-PR, CEP: 86.072-410.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 3016

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de parabenização à Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, pela realização da 1ª Conferência de Cultura da cidade de Londrina, onde reuniu produtores, artistas e empreendedores culturais, discutindo propostas para a política municipal e para o setor cultural.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Secretaria Municipal de Cultura, Praça Primeiro de Maio nº 110, Londrina-PR, CEP: 86.010-100.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 2970

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Sr. Nelson Justus, solicitando as informações a seguir:

1) relação de rodovias estaduais e federais dentro do território paranaense que serão objeto de concessão à iniciativa com exploração de pedágio;

2) qual o cronograma de realização das concessões previstas, se houverem; e,

3) qual a veracidade das informações que circulam na região Sudoeste do Estado, que dizem existir projeto de instalação de praças de pedágio nas estradas daquela região.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2974

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, solicitando informações conforme segue:

01. como são classificadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, as infrações cometidas e consideradas como crimes ambientais?

02. Quais os critérios utilizados pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, para aplicação de multas e fixação dos respectivos valores?

03. O IAP - Instituto Ambiental do Paraná, possui Regimento Interno que normatize a ação dos fiscais para avaliação e classificação das penalidades a serem aplicadas quando do cometimento de crimes ambientais?

04. Se inexistir Regimento Interno que normatize a ação dos fiscais, quais os critérios utilizados pelos mesmos para avaliação e classificação das penalidades a serem aplicadas, quando constatada a ocorrência de crimes ambientais no Paraná?

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação tem por objetivo receber do IAP, as informações necessárias a toda a população, do

Regimento Interno do mencionado órgão, mormente em relação aos procedimentos adotados pelos senhores fiscais da instituição, quando da realização de vistorias e fiscalizações nas atividades que são de sua competência.

Hoje os procedimentos praticados pelos agentes de fiscalização do IAP são desconhecidos pela grande maioria dos cidadãos, e inviabilizam qualquer tipo de controle dos atos que realizam, principalmente em relação às responsabilidades atribuídas aos agentes fiscalizadores e fiscalizados.

Com a medida ora proposta, busca-se obter subsídios para oferecimento de sugestões aos trabalhos desenvolvidos pelo IAP, e apresentação de proposta visando o aperfeiçoamento dos serviços dos órgãos e melhor qualificação profissional de seus agentes, mormente em relação à fiscalização exercida nas atividades e acontecimentos que causam a degradação de nosso meio ambiente, bem como a punição de seus causadores.

Na eventual hipótese de inexistir regulação das atividades desenvolvidas pelo IAP, inclusive em relação aos serviços de fiscalização, seja apresentado o motivo de sua não existência, pois trata-se de matéria de fundamental importância ao nosso meio e à nossa gente.

REQUERIMENTO Nº 2975

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ademir Fagundes e à Sra. Joyce Fabrício, pelo aniversário do jornal Correio do Povo, sediado no município de Laranjeiras do Sul, a ocorrer no dia 21 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário do jornal Correio do Povo, deve ser registrado sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento pelos relevantes trabalhos prestados pelo aludido veículo de comunicação que soube, com imparcialidade, transmitir os principais acontecimentos ocorridos em nosso Estado e fora dele. Sua expansão é fruto de árduo trabalho planejado criteriosamente pela sua diretoria que fez da informação verdadeira, a mola-mestra da credibilidade concernente ao conceituado jornal.

Esta proposição visa incentivar a todos os servidores do jornal Correio do Povo, para que a empresa continue trilhando os caminhos do sucesso.

REQUERIMENTO Nº 2984

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação e substituição de equipamentos e móveis para a Delegacia de Polícia do município de Tapejara.

A proposta pretende atender a reivindicação da Delegacia de Polícia através do Ofício nº 219/2001, que encaminha a relação dos móveis e equipamentos que necessitam ser substituídos pelo péssimo estado de conservação.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Kazuhiro Tominaga, prefeito municipal de Tapejara (Av. Pres. Tancredo Neves, 442); vereador Antônio Airton Faxina (Câmara Municipal, Av. A. S. Vilela, 442); ao Sr. Sidney Alves da Silva, assistente de Segurança (Delegacia de Polícia, Rua Pedro Segura Alda, 281 - Centro) CEP 87430-000.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Curitiba, Cássio Taniguchi, solicitando através do órgão competente do município, a instalação de grades de proteção em toda a via de rodagem que circunda as águas do Parque Regional do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A estreita via de acesso ao Parque Regional do Iguaçu e ao Zoológico de Curitiba, no bairro do Boqueirão, representa grande risco para os motoristas que trafegam no parque, especialmente nos feriados e fins de semana, quando o volume de visitantes ao local é muito grande.

No último domingo, mais um lamentável acidente envolvendo uma família do vizinho município de Araucária, que pereceu afogada nas águas do Parque Regional do Iguaçu, quando seu veículo, embora trafegando em baixa velocidade, conforme o noticiado pela imprensa, saiu da pista, precipitando-se nas águas, ocasião em que cinco pessoas, entre as quais duas crianças, perderam a vida.

A colocação de grades de proteção ao longo de toda a pista de rodagem no Parque Nacional do Iguaçu, margeando as suas águas, evitará no futuro que outras catástrofes dessa natureza ocorrem, ceifando vidas de crianças, jovens e adultos, pois garantirão maior segurança aos milhares de visitantes que acorrer àquela importante área de lazer, recreação de nossa Capital, freqüentada principalmente nos finais de semana e feriados pelos curitibanos, como também por visitantes de toda a região metropolitana e turistas.

REQUERIMENTO Nº 3007

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Revmo. Padre Gustavo Pereira Filho, em data de ontem no Plenarinho desta Casa Legislativa, sob o título: “Paz”.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao padre Gustavo Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sua Santidade, o Papa João Paulo II, disse: “Ao homem, pedirei contas da vida do homem”. A vida humana é sagrada e inviolável.

“A vida humana é sagrada, porque, desde a sua origem, supõe ‘a criação de Deus’ e mantém-se para sempre numa relação especial com o Criador, seu único fim. Só Deus é Senhor da vida, desde o princípio até o fim: ninguém, em circunstância alguma, pode reivindicar o direito de destruir diretamente um ser humano inocente”. Com estas palavras, a Instrução *Donum Vitae* expõe o conteúdo central da revelação de Deus sobre a sacralidade e inviolabilidade da vida humana.

De fato, a Sagrada Escritura apresenta ao homem o preceito “não matarás” (Ex 29,13; Dt 5,17) como mandamento divino. Como já sublinhei, encontra-se no Decálogo, no coração da aliança, que o Senhor concluiu com o povo eleito; mas estava já contido na aliança primordial de Deus com a humanidade, após o castigo purificador do Dilúvio, que fora provocado pelo incremento do pecado e da violência (cf. Gn 9,5-6).

Deus proclama-se Senhor absoluto da vida do homem, formado à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26-28). A vida humana possui portanto, um caráter sagrado e inviolável, no qual se reflete a própria inviolabilidade do Criador. Por isso mesmo, será Deus que se fará juiz severo de qualquer violação do mandamento “não matarás”, colocado na base de toda a convivência social. Deus é o *go’el*, ou seja, o defensor do inocente (cf. Gn 4,9-15; Is 41,14; Jr 50,34; SI 19/18,15). Deus comprova, assim também, que não se alegra com a perdição dos vivos (cf. Sb 1,13). Com esta, apenas Satanás se pode alegrar: foi por sua inveja que a morte entrou no mundo (cf. Sb 2,24). “Assassino desde o princípio”, o diabo é também “mentiroso e pai da mentira” (Jo 8,44): enganando o homem, levou-o para metas de pecado e de morte, apresentadas como objetivos e frutos de vida.

O preceito “não matarás”, explicitamente, tem um forte conteúdo negativo: indica o limite extremo que nunca poderá ser transposto. Implicitamente, porém, induz a uma atitude positiva de respeito absoluto pela vida, levando a promovê-la e a crescer seguindo o caminho do amor que se dá, acolhe e serve. Também o povo da Aliança, ainda que lentamente e não sem contradições, experimentou um amadurecimento progressivo nessa direção, preparando-se assim para a grande proclamação de Jesus: o amor do próximo é um mandamento semelhante ao do amor de Deus; “destes dois mandamentos

depende toda a lei e os profetas” (Mt 22,36-40). “Com efeito, (...) não matará (...).”

Estamos certos que receberemos o apoio dos senhores deputados para a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, para que fique para a posteridade, o pronunciamento do Padre Gustavo Pereira Filho, “Paz”.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 469/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA:

Vedação da utilização de tarifação mínima na cobrança da conta de água e esgoto sanitário.

Art. 1º - Fica proibida a utilização do modelo tarifário baseado em cobrança mínima de 10 (dez) metros cúbicos/mês, em relação à água tratada, devendo ser reduzida esta cobrança mínima para 5 (cinco) metros cúbicos/mês, tal critério também aplicando-se ao esgotamento sanitário.

Art. 2º - É vedado o repasse de custo ao consumidor final, eventualmente havido com a redução de tarifa mínima, devendo tais custos serem suportados pela diminuição da margem de lucro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, estando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Fundamentos Legais:

A tarifação mínima utilizada nos padrões atuais descumpra a própria Lei autorizadora da tarifação mínima (Lei nº 6.528/78) em seu artigo 4º, pois este informa que a tarifação mínima se presta a assegurar o adequado atendimento dos usuários de menor consumo. Sendo que na realidade o que ocorre é o contrário disto, gerando uma verdadeira desigualdade social.

E ainda o presente projeto de lei ao vedar a cobrança de tarifa mínima não está em desacordo com a Lei Federal nº 6.528/78, na medida em que a mesma apenas autoriza a implantação da tarifa mínima não exigindo sua utilização, principalmente quando não for possível o equilíbrio proporcional entre os menores e os maiores consumidores.

Há ainda desacordo com o artigo 3º, letra “c” do Decreto nº 82.587/78, que prevê a “adequação dos níveis tarifários às possibilidades dos usuários, sem prejuízo do equilíbrio entre receita e custo dos serviços, levando em conta a produtividade do capital e do trabalho”.

Não há prejuízo à Sanepar em relação à sua missão social, pelo contrário, pois a mesma obteve uma lucratividade por ação em 2000, de 117% em relação a 1999, passando resultado por ação de 0,18 (dezoito centavos) para, 041 (quarenta e um centavos).

A lucratividade da Sanepar por ação de 1999 em relação a 1998, foi de R\$0,13 (treze centavos) para R\$0,18 (dezoito centavos), o que representa aumento de 38,46%, ou seja, a Sanepar em detrimento do social, agora privatizada busca a lucratividade exacerbada, para distribuir aos seus acionistas.

O artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, garante a todos os cidadãos o direito de igualdade, e a cobrança de tarifa mínima, mesmo sendo autorizada legalmente, enseja na inobservância de tal preceito, na medida em que não trata igualmente os cidadãos por cobrar mais daqueles que utilizam menos metros cúbicos do que compreende a tarifa mínima. E ainda, deve-se ressaltar que os que são lesados neste sentido são os menos favorecidos, pagando por serviço que não se utilizam o que significa dizer que pagam muito mais caro por metro cúbico de água do que aqueles que excedem o consumo de 10m3/mês.

O artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor em seus incisos I e V, proíbem as práticas abusivas de:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, e limites quantitativos. Há o descumprimento desta norma pois a Sanepar tem condicionado o fornecimento de água tratada a uma tarifa mínima, mesmo que não seja alcançada pelo consumidor. E não há justa causa na medida em que a justificativa para a cobrança mínima é subsidiar a implantação de sistema de água e esgoto em outras localidades, contudo tais metas já foram alcançadas. E, portanto, caracteriza-se uma injustiça social o critério de tarifação mínima uma vez que os mais pobres, que não consomem e pagam 10 (dez) metros cúbicos, acabam beneficiando os mais ricos que consomem cima da taxa mínima.

V - exigir do consumidor vantagens manifestamente excessivas; com esta tarifa mínima há vantagem excessiva da empresa fornecedora de água tratada em detrimento dos menos favorecidos que não consomem até o patamar de 10 metros cúbicos/mês.

Fundamentos Técnicos:

A cobrança da tarifa mínima deriva de lei e modelo tarifário adotado quando da implantação do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, por volta do ano de 1972 quando existia o Banco Nacional de Habitação, que financiava o Programa de Saneamento, hoje extinto.

Na ocasião da adoção do modelo de cobrança de tarifa mínima de 10 metros cúbicos, as Companhias pertenciam aos Governos Estaduais, no caso da Sanepar 99,97% era do Governo, hoje 52,49% pertence ao Governo, sendo que 34,75% foi vendido à iniciativa privada.

O modelo anterior visava lucro apenas com o objetivo de expandir os serviços de saneamento. A iniciativa privada atual visa lucros com o intuito de distribuí-los aos seus acionistas.

Na resenha jurídica escrita pelo advogado da Sanepar, o Sr. Tadeu Donizeti Barboza Rzniski, no jornal da Sanepar "Diálogo", consta que "(...) a grande maioria das reclamações provêm da população de baixa renda". Admite, portanto, a Sanepar que sabe que prejudica com a tarifa mínima a população mais carente.

Outro ponto a ser destacado em tal resenha jurídica é quando a afirmação de que o modelo tarifário adotado pela Sanepar possibilitou a implantação dos sistemas (água e esgoto) em todos os municípios em que a Sanepar têm concessão.

Nota-se que o modelo que prevê o pagamento obrigatório mínimo de 10 metros cúbicos/mês, já produziu seu efeito de implantar sistemas de água/esgoto em todos os municípios que a Sanepar têm concessão.

Se a Sanepar tem conhecimento conforme a resenha jurídica evidencia, de que a não cobrança de taxa mínima de 10 (dez) metros cúbicos por mês, o usuário gastando ou não, aumentaria o custo do metro cúbico da água, cobrado pelo consumo real medido, isto por si só já caracteriza a injustiça de que a classe de menor poder aquisitivo, vem subsidiando as demais faixas de consumo. A cobrança da tarifa mínima pode até ser legal, conforme a Sanepar afirma, porém sabidamente injusta e imoral, devendo ser extinta.

A tarifação mínima acaba por estimular o desperdício da água tratada, pois aqueles que não alcançam o consumo por mês de 10 (dez) metros cúbicos, acabam gastando mais do que necessitam pois não tem qualquer vantagem em economizar, sendo que o valor da conta não se altera. Enquanto, por outro lado, a Sanepar gasta milhões em publicidade e propaganda buscando o uso racional da água, custos estes que subsidiarão a extinção da cobrança mínima.

Exemplos que demonstram a total injustiça cometida pela Sanepar:

***CASO A**

O cliente da Sanepar, que pagou em 09.04.2001, o valor de R\$26,82, referente a 13m3 (treze) metros cúbicos de consumo de água, incluindo o valor do esgoto, equivalente a R\$2,06 (dois reais e seis centavos), de custo do m3. A média dos últimos 12 (doze) meses de consumo, de referido cliente, foi de 13m3/mês.

O mesmo cliente pagou à Sanepar, em 09.09.2001, o valor de R\$40,77 (quarenta reais e setenta e sete centavos), referente ao consumo/mês de 18 (dezoito)m3, incluindo a taxa de esgoto, custo de R\$2,27 (dois reais e vinte e sete centavos) o m3.

***CASO B:**

O cliente da Sanepar que pagou em 01.04.2001, o valor de R\$18,45 (dezoito reais e quarenta e cinco centavos), referente a 3 (três) metros cúbicos de consumo de água, incluída a tarifa de esgoto, que equivale a R\$6,15

(seis reais e quinze centavos) o custo do metro cúbico. A média dos últimos 05 (cinco) meses de consumo do referido cliente, foi de 4 (quatro)m3/mês.

O mesmo cliente pagou à Sanepar em 01.08.2001, o valor de R\$18,45 (dezoito reais e quarenta e cinco centavos), referente a 2 (dois) m3 de consumo de água, incluindo tarifa de esgoto, o que equivale a R\$9,23 (nove reais e vinte e três centavos) a média dos últimos 05 (cinco) meses de consumo do referido cliente, sendo que o consumo real foi de 02 (dois) m3/mês.

	CONSUMO REAL MEDIDO	CONSUMO COBRADO	VALOR METRO CÚBICO
CLIENTE A	13	13	R\$2,06
	18	18	R\$2,27
CLIENTE B	3	10	R\$6,15
	2	10	R\$9,23

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos, nem no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Horário das Lideranças:

PL; PST; PSL; PPS; PDT; PT; PPB; PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, não usarei a palavra. Apenas quero fazer uma indagação a V. Exa. A Comissão Especial de Inquérito, que foi constituída pela Assembléia, para apurar desvios ou denúncias de irregularidades nas universidades estaduais, que V. Exa. tinha dado o prazo, até semana passada, para que fossem indicados os nomes, eu gostaria de saber em que pé se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos partidos que façam indicação, até segunda-feira, porque se não estiver na Presidência, o presidente o fará na segunda-feira, usando as prerrogativas do Regimento Interno.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço, senhor presidente.

Na terça-feira, poderemos instalar a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PFL; PSDB; PTB.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, com sede e foro no município de Colombo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 311/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Universidade de Água - Uniágua, com sede e foro no município de Piraquara. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 316/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Nova Aurora I, II e III, com sede na cidade de Sertaneja e foro na comarca de Cornélio Procopio. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 023/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - de junho e julho de 2001 - Resolução nº 15 de 19.06.1992. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2001, de 10/09/2001).**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CEMA. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CT.

EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o acompanhamento dos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado, o projeto artigo por artigo.**

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 201/2001

Art. 1º - O Presidente da Assembléia Legislativa encaminhará relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito respectiva, e a resolução que o aprovar, ao Procurador Geral da Justiça do Estado e ainda às autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência.

Art. 2º - A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

Parágrafo Único - a autoridade que presidir processo ou procedimento, administrativo ou judicial, instaurado em decorrência de conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, comunicar, semestralmente, a fase em que se encontra, até a sua conclusão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Substitutivo da CCJ - **Aprovado.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 2º, da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, que criou o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em votação.**

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Para encaminhar, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, quero cumprimentá-lo por esta alteração que propõe na lei que institui o Funcor no Estado do Paraná, a Lei nº 13.032, porque, sem sombra de dúvida, a entidade proposta para integrar o Funcor é representativo dos interesses, não só das empresas

comerciais, industriais e agropecuárias do Paraná, mas também dos usuários das nossas rodovias pedagiadas, das nossas rodovias estaduais, enfim, de todas as rodovias.

Faço encaminhamento favorável a V. Exa., mas aproveito desta oportunidade, para mais uma vez desta tribuna e neste Plenário, lembrar que o Funcor foi instituído no mês de dezembro do ano passado e tem vigência desde janeiro deste ano. Portanto, já estamos no nono mês, e segundo nos consta, até o presente momento o Governo do Estado não repassou um centavo sequer à Secretaria dos Transportes e ao DER, devidos em função da arrecadação do ICMS, nos combustíveis, óleo diesel e gasolina.

Quando o projeto foi discutido e votado nesta Casa, anunciava-se que mensalmente poderiam ser repassados ao redor de 7 milhões de reais, 9X7, 63 milhões teriam que já estar repassados ou sendo repassados à Secretaria dos Transportes. O que estamos vendo agora mais uma vez é o anúncio de que recursos serão repassados à Secretaria dos Transportes e ao DER. Ainda bem que se anuncia isso. Mas os recursos são oriundos do pagamento da dívida que tem a Chrysler para com o Governo do Estado em função da dilação de prazo no recolhimento do ICMS. E nada se fala acerca dos recursos do Funcor.

Então, solicito a V. Exa. que procure adotar as providências necessárias para o cumprimento desta lei. O deputado Geraldo Cartário foi designado pela Presidência para ser o representante do Poder Legislativo dentro do Funcor. Que ele também possa nos trazer informações, porque afinal de contas, é uma lei que foi aprovada pela Assembléia, que foi cantado em verso e prosa como a oportunidade que teríamos de ver recuperadas as rodovias estaduais. E até o presente momento, V. Exa. é testemunha viva disso, os deputados que secretariam a Mesa também, de que as nossas rodovias estaduais em toda as regiões do Estado, umas mais outras menos, estão em precárias condições de tráfego.

Então, que façamos essa alteração na composição dos integrantes do Funcor. Mas que também possamos, através de V. Exa., através do deputado Geraldo Cartário e do conjunto da Assembléia, cobrar do Governo os recursos que são devidos pela Secretaria da Fazenda, pelo Governo do Estado ao Funcor, para que as nossas rodovias estaduais sejam recuperadas e não continuem sendo causadoras de acidentes, de mortes e de destruição dos nossos veículos.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados. Na mesma linha do deputado Orlando Pessuti faço, aqui, também um apelo ao secretário dos Transportes Nelson Justus e ao próprio governador Jaime Lerner. Porque há questão de um ano e pouco atrás, com muita festa, registramos aqui em Curitiba e depois na cidade de Bocaiúva do Sul, a presença do ministro dos Transportes para o tão sonhado asfalto da Estrada da Ribeira, que liga Bocaiúva

do Sul à cidade de Adrianópolis. A obra foi iniciada um bom trecho, já foi feito de Bocaiúva até Tunas, mas a segunda etapa que é de Tunas até Adrianópolis, lamentavelmente ficou apenas na preparação da estrada no serviço de terraplenagem.

Hoje, com as últimas chuvas, praticamente a cidade de Adrianópolis está ilhada como o restante da região metropolitana, e conseqüentemente com a capital do Estado do Paraná.

A empreiteira fez além do que podia fazer. Com o que foi repassado pelo Ministério dos Transportes, ela fez a sua parte, e ainda já antecipou mais um restante de obras. No entanto, agora, paralisou o seu trabalho, porque não há o repasse por parte do Ministério dos Transportes.

Então, faço esse apelo para que nós possamos, imediatamente, recomendar essas obras na região da Ribeira, uma estrada importante, a nossa antiga BR-116, que ligava São Paulo à capital do Estado do Paraná, como de resto, todo o Estado do Paraná.

No mesmo sentido, ainda faço aqui um apelo também à estrada que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul. Obra prometida por outros governantes. Obra prometida agora também, e até fui o aval desta promessa, a Região dos Minérios, quando ainda lá estive, quando era líder do Governo nesta Casa, fomos lá em nome do governador anunciar que o governador Jaime Lerner faria o asfalto que liga Rio Branco a Cerro Azul. No entanto ficou na terraplenagem iniciada ainda no Governo Álvaro Dias. Não houve nada, estrada intransitável, e o progresso não chega à região, porque não tem estrada!

E aqui, dentro de Curitiba, ligando o Contorno Norte, que é uma obra importante dentro da área de Curitiba e da região metropolitana um convênio assinado entre a Prefeitura de Curitiba e o Governo do Estado também por mim avalizado, quando era líder do Governo, lamentavelmente ficou apenas no início dos trabalhos. As obras também estão paradas. E, lamentavelmente a população da Grande Curitiba, de Campo Largo, de Campo Magro, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, sofrem pela não conclusão desta obra que já está demorando. Isso, sem contar com o restante do contorno, cuja obra está muito vagarosa, não se termina! Começou há vinte anos atrás e está provocando uma série de problemas ao longo do perímetro urbano da BR-116.

Queria, neste momento em que falamos desse Funcor, que parte do que é arrecadado do ICMS para esse Fundo é para recuperar estradas do Paraná. É preciso que nesta hora o Governo, independente de vender ou não a Copel, que o secretário dos Transportes tome as devidas providências, que não pense somente em fazer obras na sua região eleitoral, mas que pense no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o projeto.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Naturais, Estudantes e Amigos de Angola em Curitiba, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2000, de 29/08/2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 284/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Naturais, Estudantes e Amigos de Angola em Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após cumprido o prazo do artigo 1º, inciso I da Lei nº 6994/778, onde estabelece a obrigatoriedade de a entidade possuir personalidade jurídica há mais de um ano, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se favoravelmente à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Eventos Sociais e Religiosos de Marialva - Cesorema, com sede e foro no município de Marialva. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 145/2000, de 25/10/2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 342/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Eventos Sociais e Religiosos de Marialva - Cesorema, com sede e foro no município de Marialva.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após cumprido o prazo do artigo 1º, inciso I da Lei nº 6994/78, onde estabelece a obrigatoriedade da entidade possuir personalidade jurídica há mais de um ano, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se favoravelmente à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que altera os artigos 1º, seu parágrafo único, e 3º da Lei nº 12204, de 06 de julho de 1998 (Substituição da frota oficial do Estado). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 030/2001, de 02/04/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 101/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do ilustre deputado Marcos Isfer, pretende que a renovação da frota automotiva de propriedade do Estado do Paraná “poderá ser realizada por veículos movidos a combustíveis renováveis ou por veículos movidos a combustíveis derivados de petróleo”, estabelecendo o prazo de 5 anos para que se faça tal renovação.

Louvável a preocupação de caráter ambiental do projeto.

Louvável ainda que a intenção de que a aquisição de veículos movidos a derivados do petróleo se faça no Paraná, pois além de incentivar a indústria automobilística aqui instalada fará com que o ICMS devido ingresse aos cofres do Estado.

Por tais razões, esta Comissão é de parecer favorável à tramitação do projeto, na forma do substitutivo ora apresentado que o aprimora tecnicamente.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 101/2001

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, altera os artigos 1º, seu parágrafo único e 3º, da Lei nº 12.204, de 6 de julho de 1998, “que dispõe que qualquer aquisição ou substituição de veículos automotivos para uso oficial somente poderá ser realizada por veículos movidos a combustíveis renováveis”.

O projeto de lei recebeu uma emenda substitutiva denominada corretiva na Comissão de Constituição e Justiça, apresentada pelo relator deputado Plauto Miró Guimarães e parecer favorável à tramitação.

Chamada a opinar, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, é de parecer favorável à emenda substitutiva apresentada pelo deputado Plauto Miró Guimarães na Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que ela satisfaz o interesse público, vai promover maior desenvolvimento da indústria e do comércio de automó-

veis produzidos no Estado do Paraná e não prejudica os interesses da Administração Pública.

O parecer, portanto, é favorável à sua normal e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 25.06.2001.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN

Presidente em exercício

CEZAR SILVESTRI

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 101/2001

P A R E C E R :

Altera a redação do artigo 1º e respectivo parágrafo único da Lei nº 12.204 de 06 de julho de 1998, que passam a vigorar conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Qualquer aquisição ou substituição de unidades automotivas para uso oficial poderá ser realizada por veículos movidos a combustíveis renováveis, ou por veículos movidos a combustíveis derivados de petróleo, produzidos no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O prazo para substituição integral da frota oficial de veículos leves por veículos movidos a combustíveis renováveis e derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná é de 5 (cinco) anos”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Ademar Traiano e Chico Noroeste.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda corretiva ao Projeto de Lei nº 101/2001, que propõe a alteração da Lei 12.204 de 06.07.98, tem por exclusivo objetivo a adequação do projeto de lei à técnica de elaboração legislativa disposta na Lei Complementar nº 95 de 25.02.98, em conformidade com a nova redação proposta.

A supressão dos artigos 2º e 3º do projeto de lei justifica-se porque meras reproduções do texto da lei (em parte vetado, artigo 2º e parágrafo único).

O objetivo da proposta de lei, segundo se depreende da justificativa a ele anexada, é o de permitir que a frota oficial possa também ser renovada por veículos movidos a combustíveis derivados de petróleo e, ainda, o de privilegiar os veículos fabricados no Estado do Paraná incrementando a indústria paranaense.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que denomina a Ciretran de Cambé de “Alcebíades Zotarelli”. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2001, de 29/05/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 213/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 213/2001, de autoria do ilustre deputado propõe que se atribua ao Ciretran de Cambé a denominação Alcebíades Zotarelli, justificando-se tratar de homenagem póstuma a cidadão que prestou relevantes serviços ao município.

O Detran/PR, por sua coordenadoria jurídica, sob o fundamento de que as Ciretran's são meras divisões geográficas “sem existência administrativa ou políticas autônomas” e portanto não poderia receber denominações específicas mas tal denominação poderia ser atribuída ao prédio pertencente ao patrimônio público estadual onde está instalada a Ciretran.

Portanto, esta Comissão é de parecer favorável à proposição, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 213/2001

Art. 1º - Dá ao Projeto de Lei nº 213/2001 a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o edifício sede da Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran - do município de Cambé denominado “Alcebíades Zotarelli”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Instituto da Fraternidade Universal, com sede e foro no município de Curitiba / PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 350/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto da Fraternidade Universal, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº

8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2001, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a ACAP - Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 353/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária no Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a "Casa do Apoio Sete Anjos", com sede e foro em Colombo / PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 360/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa de Apoio Sete Anjos, com sede e foro em Colombo, Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a "Creche Comunitária Jardim Acrópole", com sede e foro no município de Curitiba / PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 365/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Chab, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Comunitária Jardim Acrópole, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em nome deste Parlamento queremos dar as boas-vindas aos colégios: Napoleão da Silva Reis, Nossa Senhora das Neves, Antonio Martins de Mello, Professora Margarida Gonçalves, Aldo Dallago, Júlio Farah, de Ibaiti; Marcílio Dias, Mirazinha Braga, do bairro Raul Marinho e São Francisco Xavier do município de Itambaracá. Hoje recebemos a visita dos alunos dessas escolas que farão, durante todo o dia nesta Casa de Leis, o Projeto Parlamentar do Futuro.

À tarde teremos uma Sessão que será presidida pelo deputado Irineu Colombo com a participação dos colégios já mencionados.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero comunicar que nos dias 22 e 23 de setembro na cidade de Toledo, a União Paranaense de Estudantes Secundaristas e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas estarão realizando o 36º Congresso da UPES. E a 34ª etapa estadual do Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Um dos temas que vai ser abordado durante esse congresso é a democratização ao acesso a Universidade.

Faço até um registro com satisfação neste momento, porque é de nossa autoria e também da autoria de outros senhores deputados, como é o caso do deputado Nereu Moura, tramita, na Assembléia Legislativa, projeto de lei que visa realmente democratizar o acesso à escola pública do Paraná, em especial aqueles oriundos da escola pública.

O nosso projeto prevê que 50% das vagas das instituições de ensino superior no Estado do Paraná, as estaduais evidentemente, porque é sobre elas que podemos legislar, sejam oriundos de escolas públicas do Estado do Paraná.

E esse tema vai ser discutido amplamente lá em Toledo no próximo sábado e no próximo domingo, portanto, eu faço o registro do Congresso de Estudantes Secundaristas que acontecerá no próximo sábado e no próximo domingo na cidade de Toledo, Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2991, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

Requerimento nº 2992, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu gostaria de saber a súmula do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Crédito suplementar de 95 mil reais para a Secretaria de Estado da Criança e Ações da Família.

Requerimento nº 3003, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

Requerimento nº 2970, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2972, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2973, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2974, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2975, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2976, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2982, 3034 e 3035, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2984, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2986 a 2988, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2989, 3008 e 3009 de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3007, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata.**)

Requerimento nº 2993, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2994, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2995 a 2997, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2998, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3001, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3005, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, com apoio dos senhores deputados Eli Ghellere e Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3013, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3014 a 3016, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3019, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3026, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3030, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3031, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, tendo como presidente o deputado Ângelo Vanhoni, na vice-presidência o senhor deputado Algaci Tulio e os senhores deputados José Maria Ferreira como membro da referida Comissão com apoio dos senhores deputados Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Nereu Moura, Renato Gaúcho e demais deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3033, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3017, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Defe-**

rido. Determino o encaminhamento à Comissão de Finanças.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Tenho um comunicado à Casa e aos membros que fazem parte da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente: tão logo encerrada a Sessão Extraordinária, que teremos ainda na seqüência...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a V. Exa. que a Sessão Extraordinária não será realizada hoje; será realizada segunda-feira.

O SR. ALGACI TULIO

Então, foi oportuna a minha intervenção. Queria então, comunicar aos deputados que fazem parte da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para logo mais, então, na sala das comissões, reunião dessa Comissão para que se elabore o parecer em relação à Termoelétrica de Araucária.

Portanto, em nome do presidente Neivo Beraldin, convido os demais membros que fazem parte da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 320, 321 e 340/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 284 e 242/2000, 101, 213, 350, 353, 360 e 365/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 280, 283, 304, 335, 366, 367, 370, 379, 380, 399 e 410/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2001.

“PAZ”

Padre Gustavo Pereira Filho

Do latim “*pax, pacis*”. Os antigos definiam a paz como a tranqüilidade da ordem. A noção ainda é hoje válida, desde que haja acordo a respeito do conceito de ordem. Pela expressão “*tranquilitas ordinis*”, queriam entender uma sensação difusa e profunda de euforia resultante de uma perfeita ordenação dos elementos de um todo. A paz é aspiração fundamental de cada homem e de toda a humanidade, a ponto de seu conceito quase se confundir como de felicidade. Ela tem uma dimensão interna, moral e psíquica, e uma dimensão externa, social.

A plenitude da paz interna o homem só atinge quando consegue a ordenação de suas potencialidade em torno de um ideal digno de ser vivido. Só esta paz é durável; não se altera com as lutas e tribulações da vida, porque não se confunde com fases transitórias de euforia que experimentamos, por vezes, por ocasião da recuperação da saúde ou da realização de um bom negócio. Por outro lado, a paz social só pode resultar de um relacionamento entre pessoas, grupos e nações, fundado na justiça, na lealdade e no amor. Só este relacionamento constitui propriamente uma ordem, do qual a paz é a resultante mais autêntica. Antes, as elites políticas, culturais e financeiras viviam numa paz aparente, porque supunham ou procuravam convencer-se de uma ordem universal e imutável. Hoje, a humanidade vem, aprendendo, a duras penas, que enquanto existir fome e miséria, persistirá uma desordem racial, fruto do egoísmo dos indivíduos, dos grupos e das nações, sobre a qual é impossível conquistar uma paz duradoura. A evolução da humanidade chegou a um ponto no qual a paz social ou é universal ou é impossível.

Não poderá haver paz, enquanto não houver, para todos, condições concretas para atingir níveis de vida compatível com a dignidade humana. Não poderá haver paz construída sobre a frustração de milhões de seres humanos iguais em dignidade aos que desfrutaram de todos os requintes da cultura. Cresce, na humanidade, a consciência desta verdade, e por isso vemos que se multiplicam os organismos supranacionais voltados não tanto para impor uma falsa paz pela força, mas para combater as causas radicais da intranqüilidade que são a iniquidade social, a injustiça na participação das riquezas, numa palavra, a desordem.